



## TERMO DE REFERÊNCIA

Processo Administrativo SEI nº 31.000179/2025-02

### 1. DO OBJETO

- 1.1. O presente Termo estabelece as condições e especificações referentes ao Registro Formal de Preços visando a **“AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS CONTROLADOS PELA PORTARIA 344/98 DO MINISTÉRIO DA SAÚDE PARA A CENTRAL DE FARMÁCIA EM SAÚDE – CFS DE FORMA A DAR CUMPRIMENTO ÀS ORDENS JUDICIAIS PROFERIDAS EM FACE DO MUNICÍPIO DE ITABORAÍ.”** vinculados à Secretaria Municipal de Saúde, por meio do Fundo Municipal de Saúde.
- 1.2. Como preconiza o § 1º do artigo 21 do Decreto Municipal nº 295/2023 e nos termos da Lei 14.133/2021, o presente Termo de Referência está alinhado com o Plano Anual de Contratações (PAC) e com a Lei Orçamentária Anual (LOA).

### 2. DESCRIÇÃO DOS ITENS

ITEM	CATMAT	MEDICAMENTOS	FORMA	QUANT
1	271357	ALPRAZOLAN 0,5 MG	Comp.	3276
2	364780	ARIPIRAZOL 10MG	Comp	936
3	621040	ATOMOXETINA 40MG	Comp.	936
4	271774	BROMAZEPAM 6 MG	Comp.	468
5	272901	CLOBAZAM 10 MG	Comp.	3744
6	272902	CLOBAZAM 20 MG	Comp.	1404
7	352912	DIVALPROATO DE SÓDIO 500 MG *COMP DE LIBERAÇÃO PROLONGADA	Comp.	3276
8	302442	DULOXETINA 30MG (CLORIDRATO)	Comp.	468
9	302443	DULOXETINA 60MG (CLORIDRATO)	Comp.	2808
10	341851	FLUVOXAMINA 100 MG (MALEATO)	Comp.	468
11	435540	LACOSAMINA 200MG	Comp.	936
12	450166	LURASIDONA 40MG	Comp.	468
13	305488	METILFENIDATO 20MG - CÁPSULA DE LIBERAÇÃO MO-	Cáp.	936



		<b>DIFICADA</b>		
14	305489	<b>METILFENIDATO 40MG CÁPSULA DE LIBERAÇÃO MODIFICADA</b>	<b>Cáp.</b>	<b>468</b>
15	271392	<b>MORFINA 10MG</b>	<b>Comp.</b>	<b>2340</b>
16	268285	<b>NITRAZEPAM 5 MG</b>	<b>Comp.</b>	<b>1404</b>
17	273257	<b>OXCARBAZEPINA 300 MG</b>	<b>Comp.</b>	<b>5616</b>
18	273940	<b>PAROXETINA 20 MG (CLORIDRATO)</b>	<b>Comp.</b>	<b>1404</b>
19	275478	<b>PERICIAZINA 10 MG</b>	<b>Comp.</b>	<b>2340</b>
20	392111	<b>PREGABALINA 150MG</b>	<b>Comp.</b>	<b>2808</b>
21	388712	<b>PREGABALINA 75 MG</b>	<b>Comp.</b>	<b>1872</b>
22	272831	<b>QUETIAPINA 25MG (HEMIFUMARATO)</b>	<b>Comp.</b>	<b>2808</b>
23	362059	<b>RIVASTIGMINA 15CM² 27MG (13,3MG/24H) (PATCH)</b>	<b>adesivo</b>	<b>468</b>
24	292380	<b>TRAMADOL 100 MG/ML SOL. ORAL – 15ML</b>	<b>Frasco</b>	<b>62</b>
25	268534	<b>TRAMADOL 50 MG (CLORIDRATO)</b>	<b>Comp.</b>	<b>1404</b>

**2.1.** A aquisição dos medicamentos não demanda exigências de assistência técnica ou demais providências de manutenção, bastando haver espaço para seu acondicionamento, sendo o Centro de Abastecimento de Insumos de Saúde – CABIS o local que será armazenado esses itens.

**2.2.** O critério de julgamento adotará o “MENOR PREÇO POR ITEM”.

### **3. DA JUSTIFICATIVA, OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO E DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

**3.1.** A aquisição e fornecimento dos medicamentos tem por objetivo atender os pacientes cadastrados no banco de mandados, por um período de 12 meses, que tiveram decisões judiciais favoráveis para o recebimento de medicamentos para o recebimento de medicamentos controlados pela Portaria 344/98 do Ministério da Saúde.

**3.2.** A presente contratação encontra respaldo legal no dispositivo que prevê como dever das partes do processo cumprirem com exatidão as decisões jurisdicionais, de natureza provisória ou final, e não criarem embaraços à sua efetivação, sob pena de configuração de ato atentatório à dignidade da justiça, nos termos do art. 77 e §§ do CPC.



**3.3.** A aquisição, tem como objetivo ainda evitar que haja interrupção no tratamento dos pacientes e consequente agravamento na saúde dos pacientes que obtiveram decisão judicial favorável. Além disso, a presente compra coletiva visa evitar que haja a configuração de fracionamento de despesa, através de compras individualizadas por pacientes.

**3.4.** A demanda da Secretaria, tem como base, o número de pacientes cadastrados na farmácia jurídica até a presente data, o que significa que após o envio destes, se viermos a receber novos mandados determinando o atendimento dos pacientes com itens ali relacionados, estes não estão sendo considerados.

**3.5.** No entanto, no que toca à especificação do objeto temos a informar que nenhum medicamento se valeu da indicação de marca, sendo utilizado a Denominação Comum Brasileira (DCB), com critérios qualitativos alinhados aos códigos do Catálogo de Materiais (CATMAT) do Sistema Integrado de Administração e Serviços Gerais – SIASG, tendo sido tomadas pela Farmácia Jurídica as cautelas necessárias para assegurar que as descrições dos objetos correspondam àqueles elementos essenciais do bem, sem maiores riscos à limitação indevida da competição.

**3.6.** A aquisição dos bens elencados atenderá às necessidades da Farmácia Jurídica Municipal, com a reposição dos estoques para atender os pacientes com determinações judiciais em seu favor contra o município.

**3.7.** A motivação da contratação consubstancia-se em recompor os estoques de medicamentos da Farmácia Jurídica, a fim de, além da informada no item anterior, evitar a imposição de medidas coercitivas em face do Município de Itaboraí, bem como a realização de reiterados sequestros de verbas públicas nas contas do Município de Itaboraí que configuram verdadeiro prejuízo aos cofres públicos, uma vez que os valores das compras realizadas de forma coletiva pela SMS acabam sendo mais vantajosos pela economia de escala, ao contrário dos valores desembolsados pelos pacientes individualmente que observam o preço de mercado, sem os benefícios fiscais e financeiros previstos para as compras realizadas pela administração pública.

**3.8.** Quanto à conexão entre o planejamento e a contratação aqui ansiada, importante esclarecer que, a menos que seja determinada a marca do medicamento pela decisão judicial, nenhum medicamento faz parte da lista de padronizados na REMUME (Relação Municipal de Medicamentos Essenciais). Tal padronização possui procedimento qualificado de inclusão e exclusão, decidido no âmbito colegiado multidisciplinar, no seio das reuniões específicas da Comissão de Farmácia e Terapêutica.

### **3.9. Requisitos da Contratação**



**3.9.1.** O fornecedor responsável deverá entregar os medicamentos, no prazo de 30 (trinta) dias corridos, após a emissão da ordem de fornecimento ou nota de empenho.

**3.9.2.** Os medicamentos deverão ser entregues no Centro de Abastecimento de Insumos de Saúde – CABIS, sediado no Endereço: Avenida 22 de Maio, 6846 - Sossego, Itaboraí – RJ, no horário das 8h às 16h, de segunda-feira à sexta-feira (exceto em feriados nacionais, municipais e pontos facultativos), acompanhados dos documentos: Nota fiscal e Nota de Empenho.

**3.10.** No que toca à especificação do objeto temos a informar que nenhuma se valeu da indicação de marca sendo utilizado a Denominação Comum Brasileira (DCB), porém no mercado somente há uma marca do medicamento. Apesar de existir o código CATMAT não foram encontrados valores na pesquisa de preço em sites oficiais como Banco de Preço em Saúde e Painel de Preço, sendo utilizado a pesquisa no comércio, sem maiores riscos à limitação indevida da competição.

**3.11.** Os bens têm natureza de bens comuns, tendo em vista que seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado, nos termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei Federal nº 14.133/2021

**3.12.** Dito isso, cremos estar plenamente demonstrada a importância singular desse processo. Sendo de importância imperativa que não nos falem para o regular cumprimento de nossa missão oficial de prestação de saúde.

#### **4. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA (HABILITAÇÃO)**

**4.1.** Além das exigências habituais relacionadas à comprovação da habilitação econômico financeira e jurídica das licitantes, com o intuito de garantir a seleção de fornecedores aptos a efetivamente atender a demanda da Secretaria Municipal de Saúde- FMS, deverão ser exigidos dos licitantes os seguintes documentos referentes à comprovação de sua qualificação técnica:

- a)** Certificado de Registro do Produto emitido pela ANVISA, acompanhado da publicação no Diário Oficial da União, e do comprovante de autorização para importação (se for o caso), não sendo aceitos protocolos de solicitação inicial de registro;
- b)** Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto a ser adquirido, que deverá se dar por meio da apresentação de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, que demonstrem que a empresa já forneceu bens similares aos descritos neste termo;
- c)** Para fins da comprovação de que trata o item anterior, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados e deverão ser emitidos em papel timbrado da pessoa jurídica de direito



público ou privado emitente, CNPJ, endereço da pessoa jurídica contratante, objeto fornecido, quantitativo contratado, valor do contrato, número do processo ou procedimento licitatório ou do processo de contratação direta, número do contrato, prazo e local de execução do objeto, prazo de vigência do contrato, indicando ainda se a execução do objeto ocorreu de forma regular e satisfatória;

**d)** Os atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público deverão ser firmados por servidor com a indicação do nome completo, cargo e matrícula;

**e)** Licença de funcionamento ou alvará sanitário emitido pela vigilância sanitária Estadual e/ou Municipal para atividade desenvolvida pelo fornecedor: Produção, importação, armazenamento, distribuição ou comercialização de medicamentos, conforme artigo 21 da Lei Federal 5.991 de 17 de dezembro de 1973;

**f)** Caberá ao fornecedor provar que está exercendo atividade comercial em conformidade com a legislação sanitária de sua localidade, conforme artigo 51 da Lei Federal nº 6.360 de 23 de setembro de 1976; e

**g)** Apresentar autorização de funcionamento (AFE) e/ou autorização de funcionamento especial (AE), expedida pela ANVISA, de acordo com o disposto nos artigos 1º e 2º da Lei Federal nº 6.360 de 23 de setembro de 1976, e com Resolução RDC nº 16, de 1º de abril de 2014;

## **5. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS**

**5.1.** Os bens têm natureza de bens comuns, tendo em vista que seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado, nos termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei Federal nº 14.133/2021 e do Decreto Municipal nº 298 de 27 de dezembro de 2023, que regulamentou o disposto no art. 20 e seu § 1º, da lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, para estabelecer o enquadramento dos bens de consumo adquiridos para suprir as demandas da Administração Pública Direta, Autárquica e Fundacional do Município de Itaboraí nas categorias de qualidade comum e de luxo.

## **6. ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO**

**6.1.** Para a aquisição dos medicamentos serão emitidas ordens de fornecimento, em conformidade com os quantitativos registrados em Ata e de acordo com a solicitação da Secretaria demandante.

**6.2.** O prazo para a entrega dos medicamentos será de 30 (trinta) dias corridos, contados da emissão da Ordem de Fornecimento, que indicará o quantitativo a ser fornecido;



- 6.3.** Os medicamentos deverão ser entregues no Centro de Abastecimento de Insumos de Saúde – CABIS, sediado no Endereço: Avenida 22 de Maio, 6846 - Sossego, Itaboraí – RJ, no horário das 8h às 16h, de segunda-feira à sexta-feira (exceto em feriados nacionais, municipais e pontos facultativos);
- 6.4.** Os medicamentos poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações contidas neste Termo e na proposta do Fornecedor Registrado cabendo à Fiscalização notificar o Fornecedor Registrado para que efetue a retirada dos medicamentos rejeitados, substituindo-os por outros que estejam adequados às especificações, às suas expensas, no prazo de 05 (cinco) dias corridos;
- 6.5.** Os medicamentos serão recebidos provisoriamente no prazo de 05 (cinco) dias úteis, conforme Art. 15, I, II, III do Decreto Municipal Nº 300 de 28 de dezembro de 2023, pelo Fiscal e pelo responsável do Almoxarifado Central, para efeito de posterior verificação de sua quantidade e conformidade com as especificações constantes na ordem de fornecimento, no Termo de Referência (TR) e na proposta do fornecedor.;
- 6.6.** Os medicamentos serão recebidos definitivamente no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento provisório, conforme Art. 16 do Decreto Municipal Nº 300 de 28 de dezembro de 2023, após verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação, pelo gestor da ata de registro de preços;
- 6.7.** O atesto da nota fiscal deverá ocorrer no prazo de até 5 (cinco) dias úteis após o recebimento definitivo, admitida a prorrogação, em casos excepcionais, desde que devidamente justificados, conforme Art. 18 do Decreto Municipal Nº 300 de 28 de dezembro de 2023.
- 6.8.** Quaisquer exigências da fiscalização, inerentes ao objeto da contratação, deverão ser prontamente atendidas pelo Fornecedor Registrado, sem ônus para o Órgão Gerenciador;
- 6.9.** O recebimento definitivo dos medicamentos não exclui a responsabilidade do fornecedor registrado pelos prejuízos resultantes da incorreta execução, sobretudo daqueles prejuízos advindos da qualidade, de vícios ocultos ou não aparentes na época da entrega;
- 6.10.** As despesas decorrentes da substituição dos medicamentos correrão por conta do Fornecedor Registrado sem qualquer ônus para a Administração e sem prejuízo da aplicação das sanções incidentes às hipóteses de descumprimento da Ata de Registro de Preços;
- 6.11.** Caso seja necessária a substituição dos medicamentos fornecidos, por motivos expostos pela fiscalização, os medicamentos novos deverão apresentar padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos constantes na proposta original;
- 6.12.** O Fornecedor Registrado deverá se responsabilizar pelas despesas de transporte, retirada e devolução do medicamento substituído, sem ônus adicional para o Órgão Gerenciador;



- 6.13.** Toda prorrogação de prazo de entrega deverá ser justificada por escrito perante a Fiscalização e previamente autorizada pela Secretaria Municipal de Saúde, devendo a solicitação ser encaminhada à Secretaria pelo endereço eletrônico: [spgpp@itaborai.rj.gov.br](mailto:spgpp@itaborai.rj.gov.br) em até 01 (um) dia útil antes do vencimento do prazo de entrega estipulado;
- 6.14.** Não serão aceitos os medicamentos fora das especificações técnicas e descrições dos itens; assim como medicamentos danificados ou com aspectos físicos comprometidos;
- 6.15.** Qualquer ação ou não cumprimento da contratada em função dos itens pré-estabelecidos no Termo de Referência, caberá a contratante a aplicação das sanções cabíveis por leis à Fornecedora Registrada;
- 6.16.** Os medicamentos, quando couber, deverão conter prazo de validade de no mínimo seis meses;
- 6.17.** A nota fiscal deverá ser emitida em favor do Fundo Municipal de Saúde, situado na Avenida 22 de Maio, nº5990, Enterprice, Corporate, 7º andar, Sala 701, Centro - Itaboraí- RJ, CNPJ 11.865.033/0001-10.
- 6.18.** A nota fiscal apresentada pela empresa no momento da entrega, além das especificações e quantitativo dos medicamentos, deverá mencionar o número do processo administrativo e o número da Ata de Registro de Preços.

## **7. DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR**

### **7.1. São obrigações do ÓRGÃO GERENCIADOR:**

- 7.1.1.** Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência.
- 7.1.2.** Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes neste Termo, na proposta apresentada pelo Fornecedor no momento do certame e na Ata de Registro de Preço, para fins de aceitação e recebimento definitivo.
- 7.1.3.** Comunicar a FORNECEDORA REGISTRADA, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas nos produtos entregues, para que sejam substituídos, reparados ou corrigidos em até 05 (cinco) dias corridos da comunicação.
- 7.1.4.** Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da FORNECEDORA REGISTRADA, por intermédio de comissão/servidor especialmente designado.
- 7.1.5.** Efetuar o pagamento a FORNECEDORA REGISTRADA no valor correspondente ao item e aos quantitativos efetivamente entregues, no prazo e forma estabelecidos neste Termo de Referência e na Ata de Registro de Preço.





**7.2.** O ÓRGÃO GERENCIADOR não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela FORNECEDORA REGISTRADA com terceiros, ainda que vinculados à execução da Ata de Registro de Preços, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do próprio, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

## **8. DAS OBRIGAÇÕES DA FORNECEDORA REGISTRADA**

**8.1.** A FORNECEDORA REGISTRADA deve cumprir todas as obrigações constantes neste Termo de Referência, na Ata de Registro de Preços e em sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

**8.1.1.** Efetuar a entrega dos medicamentos em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes neste Termo de Referência, livres de avarias ou imperfeições que possam afetar sua qualidade. Por ocasião da entrega, a FORNECEDORA REGISTRADA deverá apresentar nota fiscal, na qual deverão constar as indicações referentes à procedência do item;

**8.1.2.** Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 13 e 17 a 27, da Lei Federal n.º 8.078, de 11 de setembro de 1990;

**8.1.3.** Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência o item que não atender às especificações, à proposta de preços ou que apresentar avarias;

**8.1.4.** Comunicar ao ÓRGÃO GERENCIADOR, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecedem a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

**8.1.5.** Manter, durante toda a execução da ata de registro de preços, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas neste Termo de Referência;

## **9. DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS DA SUA ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS.**

**9.1.** O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, contados a partir do primeiro dia útil subsequente à publicação no PNCP, a ser providenciada pelo Ordenador de Despesas em até 20 (vinte) dias úteis após a assinatura.

**9.2.** A ata de registro de preços vigorará pelo período de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogada por igual período, com base no art. 84 da Lei 14.133/21 e o art. 21 do Decreto Municipal Nº 003 de 04 de janeiro de 2024, desde que comprovada a vantajosidade.





**9.3.** Os preços registrados, com as devidas justificativas, poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, nas seguintes situações:

**9.3.1.** para restabelecer o equilíbrio econômico - financeiro, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea d do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

**9.3.2.** em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados.

## **10. DA RESCISÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**10.1.** A decisão de rescindir a Ata de Registro de Preços caberá ao Órgão Gerenciador, desde que se vislumbrem possibilidades de prejuízos à Administração Municipal;

**10.2.** Nos casos em que se justifique a rescisão contratual a Fornecedora Registrada ficará sujeita às penalidades previstas no item 14 deste Termo de Referência.

## **11. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA**

**11.1.** É admissível a fusão, cisão ou incorporação da FORNECEDORA REGISTRADA com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade da ata de registro de preços.

## **12. DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO**

**12.1.** Nos termos do Decreto Municipal Nº 300 de 28 de dezembro de 2023, serão designados os responsáveis pela fiscalização das obrigações decorrentes da execução da ARP um servidor para acompanhar e fiscalizar a entrega do(s) objeto(s), anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados e também será nomeado o Gestor da Ata que será o agente público responsável pelo preparo, coordenação, acompanhamento, conclusão e demais fatos gerenciais que envolvem os atos das Atas de Registro de Preços, no todo ou por tarefas especificamente designadas, devendo



zelar pelo cumprimento das cláusulas indicadas na Ata de Registro de Preços, inclusive pela instrução e proposta de aplicação de penalidades, no sentido de garantir a adequada execução das Atas celebradas.

### **13. DO PAGAMENTO**

**13.1.** O pagamento será realizado no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, contados da apresentação de requerimento no protocolo da Administração Municipal, o qual deverá ser instruído com a nota fiscal atestada, a cópia da nota de empenho e da Ordem de Fornecimento assinada pela fiscalização, além das certidões de regularidade fiscal, tributária, trabalhista e previdenciária do Fornecedor Registrado.

**13.2.** Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que a fiscalização manifestar seu atesto.

**13.3.** Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Fornecedora Registrada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o órgão gerenciador.

**13.4.** Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária em favor da Fornecedora Registrada.

**13.5.** Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

**13.6.** A Fornecedora Registrada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

**13.7.** Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a fornecedora registrada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pelo órgão gerenciador, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, sendo:



EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

I = (TX)	I =	<u>(6/100)</u> 365	I = 0,00016438 TX = Percentual da taxa anual = 6%
----------	-----	-----------------------	------------------------------------------------------

#### 14. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

14.1. Comete infração administrativa, nos termos do disposto no art. 155 da Lei 14.133, de 1º de abril de 2021, a Fornecedora Registrada que:

14.1.1. - dar causa à inexecução parcial da Ata de Registro de Preço;

14.1.2. - dar causa à inexecução parcial do da Ata de Registro de Preço que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

14.1.3 - dar causa à inexecução total do da Ata de Registro de Preço;

14.1.4 - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

14.1.5 - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

14.1.6 - não celebrar Ata de Registro de Preço ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

14.1.7 - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

14.1.8 - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

14.1.9 - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

14.1.10 - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

14.1.11 - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

14.1.12 - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

14.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto da Ata de Registro de Preços, a Administração poderá aplicar à Fornecedora Registrada as seguintes sanções:

14.2.1. **Advertência**, por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para o Órgão Gerenciador;

14.2.2. **Multa moratória** de 0,2% (zero vírgula dois por cento) sobre o valor do pedido inadimplido por dia de atraso injustificado na entrega dos materiais, até o limite de 30 (trinta) dias de atraso; Multa



moratória de 0,4% (zero vírgula quatro por cento) sobre o valor do pedido inadimplido, por dia de atraso injustificado, do 31º (trigésimo primeiro) ao 60º (sexagésimo) dia de atraso. Multa moratória de 0,6% (zero vírgula seis por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor do pedido inadimplido, do 61º (sexagésimo primeiro) dia em diante, até o limite máximo de 150 dias, sem prejuízo das demais penalidades;

**14.2.3. Multa compensatória** de 5% (cinco por cento) sobre o valor total da Ata de Registro de Preços, no caso de inexecução total do objeto;

**14.2.3.1.** Em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;

**14.2.4. Impedimento** de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, como dispõe o art. 156, III, § 4º da Lei 14.133/2021;

**14.2.5. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar** com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Fornecedora Registrada ressarcir o órgão gerenciador pelos prejuízos causados.

**14.3.** As sanções previstas nos subitens 14.2.1, 14.2.4 e 14.2.5 poderão ser aplicadas a Fornecedora Registrada juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados;

**14.4.** Também ficam sujeitas às penalidades do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, as empresas ou profissionais que:

**14.4.1.** Tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

**14.4.2.** Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

**14.4.3.** Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

**14.5.** Não será permitida a participação na licitação das pessoas físicas e jurídicas arroladas no artigo 14 da Lei nº 14.133/2021.

**14.6.** A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Fornecedora Registrada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133/21;

**14.7.** Caso o Órgão Gerenciador determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade



competente;

**14.8.** A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade;

**14.9.** As penalidades serão obrigatoriamente encaminhadas ao Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro, cadastradas no Sistema de Cadastro de Fornecedores (SICAF), no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), no Cadastro de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), e no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

**14.10.** De acordo com o art. 163 da Lei 14.133/2021, será admitida a reabilitação do licitante ou contratado perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, exigidos, cumulativamente:

**14.10.1.** - reparação integral do dano causado à Administração Pública;

**14.10.2.** - pagamento da multa;

**14.10.3.** - transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;

**14.10.4.** - cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;

**14.10.5** - análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste artigo.

## **15. DA SUBCONTRATAÇÃO**

**15.1.** Não será admitida a subcontratação.

## **16. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

**16.1.** As despesas decorrentes da contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento do Município para o exercício de 2026 na classificação abaixo:

- Órgão: 08 – Secretaria Municipal de Saúde
- Unidade Orçamentária: 002 – Fundo Municipal de Saúde
- Subunidade Orçamentária: 001 - Gabinete
- Programa de Trabalho: 10.302.0012.2149
- Elemento de Despesa: 3.3.90.32.00.00
- Fonte de Recurso: 1.600.0005
- Ficha: 177



- Exercício Financeiro: 2026.

## **17. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**17.1.** A Ata de Registro de Preços, durante sua validade, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador, desde que devidamente justificada a vantagem e respeitadas, no que couber, as condições e as regras estabelecidas na Lei nº 14.133, de 2021 e no artigo 30 do Decreto nº 003, de 04 de janeiro de 2024;

**17.2.** Ao órgão não participante que aderir à ata competem os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação as suas próprias contratações, informando as ocorrências ao Órgão Gerenciador;

**17.3.** O presente Termo de Referência (TR) segue devidamente aprovado pela autoridade competente (ordenador de despesas), nos termos do Decreto Nº 295 de 27 de dezembro de 2023.

Itaboraí, 22 de janeiro de 2026.

---

Ordenador de Despesa  
**ANALICE PAULO RANGEL FERREIRA**  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE  
Matrícula n.º 47.166